



DIRETÓRIO NACIONAL DO FOPROP: GESTÃO 2018/2019

RELATO 2ª REUNIÃO GT-Bolsas/FOPROP-DPB/CAPES  
12/08/2019

Local: CAPES (Espaço Anísio Teixeira, sala G)  
Brasília/DF

### Reunião DPB/CAPES-FOPROP

Breve relato da reunião realizada no dia 12/08/2019, na sede da CAPES (Espaço Anísio Teixeira, sala G), entre os membros do FOPROP e a Diretoria de Programas e Bolsas (DPB) da CAPES para tratar do assunto “MODELO DE CONCESSÃO DE BOLSAS E RECURSOS DE CUSTEIO PELA CAPES”. A CAPES foi representada na reunião por Lucas Resende Salviano (Coordenação-Geral de Desenvolvimento Setorial e Institucional - CGSI), e dos servidores Flavio Geovanni, Pedro de Castro, Flávio Santos e Romulo Bittencourt. A senhora Zena Maria Silva Martins, diretora da DPB, se fez presente apenas para desejar o melhor andamento da reunião e informou que estava afastada em período de férias, portanto, não podendo participar juntamente com os demais membros da DPB. Os membros do FOPROP presentes foram os professores Márcio de Castro Silva Filho (USP/SP), Carlos Henrique de Carvalho (UFU/MG), Paula Cristina Trevilatto (PUC/PR), Maria José Lima Silva (UEPB/PB) e Lucindo Jose Quintans Júnior (UFS/SE). A reunião iniciou às 9:30h com a fala do servidor Lucas Salviano fazendo um breve relato sobre as conhecidas distorções do sistema nacional de pós-graduação (SNPG) em relação a distribuição de bolsas e fomento. Destacou que a distribuição de bolsas e fomento deve ser acompanhada da Avaliação Quadrienal. Assim, ressaltou a importância do Grupo de Trabalho (GT) para buscar soluções que minimizem distorções históricas nestas distribuições e, ainda, na consolidação do SNPG. De acordo com a DPB o modelo proposto apresentado se baseou em cinco (05) princípios básicos para distribuição de bolsas. Os pilares que devem nortear as decisões da DPB-CAPES e que foram apresentados e discutidos com o FOPROP foram: A) A nota do curso (cursos com maiores notas devem receber maior quantitativo de bolsas, **buscando valorizar o mérito**); B) Priorizar os doutorados na distribuição de bolsas e fomento (devido as metas do Plano Nacional de Pós-Graduação); C) Priorizar os programas da área G1 (grupos de áreas G1 e G2) como uma prerrogativa do atual governo, D) O perfil do programa que seria definido pelo número de professores permanentes e o número de titulados nos últimos 4 anos, e E) o IDH do município que o curso está inserido (menores IDHs deverão ter um fator de correção). A DPB destacou igualmente que os ajustes devem ser realizados sem nenhum impacto ao orçamento atual da CAPES, portanto, o remanejamento se basearia em Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) doadoras (as que apresentam elevado número de bolsas em relação aos princípios norteadores descritos pela DPB) e as ICTs receptoras. Nas discussões os membros do FOPROP sugeriram que algumas ‘travas’ deveriam ser usadas buscando mitigar os impactos para as ICTs que atuariam como doadoras, bem como limites quantitativos para as ICTs receptoras. Que a redução de distorções/assimetrias continuasse a ser um pilar no modelo. Sugeriu-se que a implementação ocorresse de forma gradativa e com contínuo acompanhamento dos impactos para cada ICT e que a DPB pudesse aplicar o modelo, antes de sua implementação, em algumas ICTs buscando verificar o real impacto da medida. O FOPROP insistiu que a proposta de diferenciação entre

grupos G1 e G2 deve ser revista, uma vez que o que se deve buscar é a excelência, independentemente da Área do Conhecimento. Cada vez mais os grandes problemas são transdisciplinares, envolvendo a interação entre as diferentes Áreas do Conhecimento. O FOPROP entende que a Agência de Fomento tenha suas prioridades, alinhadas com as áreas estratégicas do país, mas isso não necessariamente deve refletir na supervalorização de áreas de conhecimento dentro das ICTs. Houve avanços na construção dos indicadores, mas há necessidade também de verificação dos impactos junto às ICTs para os devidos ajustes. A DPB deverá propor uma outra data em futuro próximo para a definição da proposta.